

TRABALHO COLABORATIVO ENTRE O PROFESSOR DE EDUCAÇÃO FÍSICA E DO ATENDIMENTO EDUCACIONAL ESPECIALIZADO

Camila Rodrigues Costa

Eduardo José Manzini

Faculdade de Filosofia e Ciências, Universidade Estadual Paulista (UNESP), Campus de Marília

Apoio CNPq

r.camilacosta@gmail.com

ejmanzini@uol.com.br

Linha de Pesquisa 2: “Educação Especial”

Resumo

O ensino colaborativo como proposta de trabalho têm se apresentado como mais uma possibilidade de serviços de apoio à inclusão dos estudantes públicos-alvo da Educação Especial na rede regular de ensino. Contudo, uma das grandes dificuldades está em como estabelecer relações de parceria entre os profissionais da escola. Nesse sentido, o objetivo da pesquisa será descrever como se estabelece o vínculo entre o planejamento e execução entre o professor de Educação Física e o professor do Atendimento Educacional Especializado para o desenvolvimento de um projeto com características colaborativas. O presente estudo trata-se de uma pesquisa qualitativa e descritiva, fundamentada nos pressupostos da pesquisa colaborativa. Participarão do estudo quatro professores da rede regular de ensino da cidade de Marília/SP, sendo dois professores de Educação Física e dois professores do Atendimento Educacional Especializado, ambos possuem em comum um estudante público-alvo da Educação Especial. Para coleta de dados será utilizado o registro de notas de campo e a filmagem. A análise dos dados será realizada mediante a análise de conteúdo.

Palavras-Chave: Educação Especial. Atendimento Educacional Especializado. Pesquisa Colaborativa.

1 INTRODUÇÃO

A Educação Especial na perspectiva da Educação Inclusiva assume um papel central nos debates da escola contemporânea, visto que são evidentes as dificuldades enfrentadas nos sistemas de ensino regular e são claras as necessidades de mudanças. Nesse sentido, a educação inclusiva está pautada na concepção de uma escola em que todos os estudantes possam ter acesso, bem como, na possibilidade de uma aprendizagem, a partir das habilidades, aptidões e capacidades do aprendiz, no qual possam expressar suas ideias,

participar ativamente das atividades de ensino, e por fim, desenvolverem autonomia e independência como cidadãos, nas suas diferenças (ROPOLI et al., 2010).

A Constituição Federal de 1988 (BRASIL, 1988) garante, como um dos princípios do ensino, a igualdade ao acesso e permanência dos estudantes públicos-alvo da Educação Especial na escola compreendida como alunos com deficiência (física, mental, intelectual ou sensorial), transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação. A constituição prevê, como dever do Estado, a oferta do Atendimento Educacional Especializado (AEE), preferencialmente, na rede regular de ensino por meio da implementação das salas de recursos multifuncionais (SRM).

As Salas de Recursos Multifuncionais (SRM), em sua grande maioria, foram instaladas nas escolas públicas de ensino regular, a partir de 2005, por meio de um programa de implantação do Ministério da Educação a fim de favorecer a oferta do AEE (BRASIL, 2010).

O AEE caracteriza-se como um conjunto de atividades, recursos pedagógicos e de acessibilidade que são organizados institucionalmente para serem prestado de forma complementar ou suplementar à formação dos alunos da Educação Especial no ensino regular (BRASIL, 2007).

O objetivo do AEE é identificar, elaborar e organizar recursos pedagógicos e de acessibilidade, que eliminem as barreiras para possibilitar a plena participação dos alunos, de acordo com as necessidades específicas de cada sujeito. As atividades desenvolvidas diferenciam-se daquelas realizadas pelo professor na sala de aula comum, não sendo substitutivas à escolarização (BRASIL, 2001).

O atendimento não deve ser realizado de forma isolada, mas integrado ao projeto político pedagógico (PPP) da escola, assim como deve envolver a participação ativa da comunidade escolar como um todo, em especial do professor do ensino comum e do AEE, da família, além da articulação com as demais políticas públicas (BRASIL, 2011).

Porém, em muitas escolas brasileiras, o trabalho no AEE é realizado quase que exclusivamente apenas nas SRM. Outros modelos de apoio à inclusão são práticas pouco comuns nas escolas, como, por exemplo, o ensino itinerante, a consultoria colaborativa, o ensino colaborativo, entre outros, que envolvem a participação de diversos profissionais para atuarem de modo colaborativo (BAPTISTA, 2011).

Nesse sentido, existe uma discussão intensa sobre a necessidade de aproximação entre a Educação Especial e a educação comum. Isso já era apontado há cerca de 20 anos com indicações na necessidade de se estabelecer parcerias colaborativas na educação,

especialmente em turmas em que há alunos com deficiência (RABELO, 2012 apud PUGACH; JOHNSON, 1989).

Para o sucesso de ações inclusivas na escola é necessário um trabalho em equipe que envolva todos os profissionais atuantes e, em especial, a parceria entre os professores do ensino comum e do AEE a favor de um objetivo comum (CAPELLINI, 2004).

Dentre os modelos de serviços, os que se baseiam no ensino colaborativo tem sido objeto de estudos em diferentes pesquisas como as realizada por Zerbato et al. (2013) e Vilaronga e Mendes (2014). Os resultados dos estudos evidenciam a necessidade de assegurar o ensino colaborativo como um dos modelos possíveis para o apoio a inclusão escolar.

Nessa perspectiva, alguns questionamentos são pontuados a fim de compreendermos essa relação de colaboração no ambiente escolar: de acordo com a literatura quais são os termos utilizados quando o estudo aborda a colaboração entre profissionais na escola? Quais as condições necessárias para o estabelecimento da colaboração? Quais são os impactos dessa parceria na prática pedagógica de ambos os professores?

Entende-se que se faz necessário tecer algumas considerações em relação aos termos utilizados, pois diversos termos são pontuados na literatura nacional: trabalho colaborativo, ensino colaborativo, coensino, ensino cooperativo, parceria colaborativa, consultoria colaborativa, entre outros. Apesar dessa diversidade, todos se referem a um determinado serviço de apoio a inclusão dos estudantes públicos-alvo da Educação Especial matriculados na rede regular de ensino (WELCH, 2000). Alerta também esse autor que as múltiplas formas como o ensino colaborativo é apresentado se constitui como um fator limitante para a compreensão e, por conseguinte, implementação da parceria. Este fato ocorre pela falta de clareza quanto aos procedimentos, finalidades e quanto ao papel de cada um dos profissionais envolvidos.

Segundo Capellini (2004), na literatura internacional, os estudos acerca da parceria entre a Educação Especial e educação comum não têm apresentado divergências na utilização dos termos ensino colaborativo e cooperativo, ambos são citados sem que haja uma distinção explícita da diferença de ações em relação à atuação dos profissionais.

No presente estudo, optou-se por utilizar o termo ensino colaborativo para caracterizar a parceria atuante entre o professor do ensino comum - nesse caso nos referimos ao professor de Educação Física- e o professor do Atendimento Educacional Especializado.

O termo colaboração pode ser compreendido como um estilo de interação entre, no mínimo, dois sujeitos equivalentes, reunidos por uma parceria, num processo conjunto de tomada de decisão, com vistas a um objetivo comum (FRIEND; COOK, 1990). De acordo

com os autores, existem algumas condições necessárias para que se estabeleça a colaboração, quais são: a) existência de um objetivo comum; b) equivalência entre participantes; c) participação de todos; d) compartilhamento de responsabilidades; e) compartilhamentos de recursos e f) voluntarismo.

No caso do ensino colaborativo ou coensino, caracteriza-se pela participação de dois ou mais professores para atuação em uma sala de aula, na qual ambos compartilham a responsabilidade de planejar, implementar e avaliar o ensino. O objetivo do ensino colaborativo é estabelecer estratégias para facilitar a aprendizagem do estudante, por meio da junção de habilidades do professor que atua no ensino comum com as habilidades do professor do AEE (MENDES; TOYODA, 2005).

O ensino colaborativo, como proposta de trabalho, tem se apresentado como mais uma das possibilidades de serviços de apoio à inclusão dos estudantes públicos-alvo da Educação Especial na rede regular de ensino. Além disso, a parceria estabelecida entre o professor do ensino comum e do AEE pode incentivar e proporcionar o desenvolvimento de uma nova cultura de planejamento, intervenção, execução e avaliação do ensino (SILVA; SANTOS; FUMES, 2014).

Contudo, alguns desafios permeiam a implementação de serviços colaborativos nas escolas como, por exemplo, à resistência de alguns docentes que aparentam sentirem-se desconfortáveis com a possibilidade de compartilhar seus saberes e habilidades. Além disso, muitos ainda se sentem o único responsável pelo sucesso ou fracasso acadêmico do aluno, até o momento em que, necessitam de apoio para que possam compartilhar a responsabilidade na tentativa de resolver o problema (CAPELLINI, 2004).

Ainda de acordo com essa mesma autora, a cultura das escolas ainda está pautada na tese de que os problemas, em especial relacionados a aprendizagem do aluno, cabem aos professores resolverem de forma individual. Esse fato relaciona-se diretamente à formação inicial do professor que é voltada para uma atuação individualizada e pouco coletiva.

No entanto, no decorrer do processo de ensino e aprendizagem, é necessário que ocorra uma organização institucional, na qual todas as pessoas que atuam no ambiente escolar estejam envolvidas por um objetivo comum, a fim de discutir, entender, planejar e executar transformações no que tange a organização estrutural e funcional para atender aos diversos tipos de necessidades dos alunos (BRASIL, 2005).

Nesse sentido, a Educação Física enquanto disciplina presente no currículo escolar não pode limitar a participação do aluno, independente da sua necessidade, visto que a intervenção dessa área consiste no trabalho com um importante elemento da cultura humana, ou seja, o

movimento e suas diversas manifestações (jogos, danças, esportes, lutas, ginásticas, entre outros). Além disso, existem duas subáreas que são importantes para a inclusão do estudante público-alvo da Educação Especial, quais são: 1) Educação Física Adaptada e 2) Atividade Motora Adaptada (RODRIGUES, 2006).

A Educação Física Adaptada e a Atividade Motora Adaptada é uma vertente da Educação Física que possibilita a adaptação de conteúdos, procedimentos, estratégias para todos os alunos em sua diversidade.

A função da Educação Física na inclusão escolar, como qualquer outra disciplina, é propiciar o aprendizado, o desenvolvimento e potencializar habilidades motoras e intelectuais que o estudante possui ou possa adquirir ao longo do processo de aprendizagem. Nessa perspectiva, as estratégias de ensino e recursos pedagógicos utilizados pelo professor têm por objetivo minimizar os fatores que podem impedir e/ou dificultar a participação do aluno (SOLER, 2005).

Outra reflexão necessária refere-se à importância da aproximação, diálogo e as responsabilidades compartilhadas entre o professor de Educação Física e do AEE como um potencial para assegurar a inclusão e garantir o desenvolvimento global do aluno na escola.

Acredita-se que o professor do ensino comum - neste caso professor de Educação Física - e o professor do AEE, juntos, possam colaborar para uma Educação Inclusiva de fato, à medida que ambos os profissionais desenvolvem uma postura de colaboração e troca de saberes.

Os estudos acerca da temática evidenciam algumas limitações e a potencialidade dessa parceria, como a pesquisa desenvolvida por Silva, Santos e Fumes (2014) realizada com um professor de Educação Física e do AEE, que identificou que ambos mantinham diálogos e parcerias tímidos devido alguns fatores, como a falta de tempo. Os resultados do estudo evidenciaram também as múltiplas possibilidades de trabalho colaborativo, em que os saberes de ambas as áreas e as experiências do professor do AEE e Educação Física poderiam associar-se para elaboração do planejamento e execução das ações, em busca de estratégias de ensino e recursos pedagógicos que atendessem as necessidades dos estudantes públicos-alvo da Educação Especial.

Outros autores, como Oliveira e Silva (2015), investigaram as relações de parceria que se estabeleciam entre ambos os profissionais, a partir do modelo de ensino colaborativo. Os resultados do estudo indicaram que as relações colaborativas são prejudicadas, dentre outros fatores, também pela ausência de tempo em comum entre os professores para a realização de encontros a fim de dialogarem e planejarem as ações em conjunto.

Nesse sentido, as autoras pontuam ainda, algumas considerações pertinentes para o estabelecimento do ensino colaborativo como, por exemplo, a necessidade de definir horários na rotina escolar para que os docentes possam estar reunidos para dialogar, planejar e refletir sobre as estratégias a serem utilizadas junto aos estudantes públicos-alvo da Educação Especial.

Observam-se na literatura brasileira vários estudos que tratam da parceria entre o professor do ensino comum e do AEE. Porém, quando a investigação trata da interação entre o professor de Educação Física e do AEE, existem poucos estudos nesta vertente. Além disso, uma das dificuldades observadas diz respeito não apenas ao processo de estabelecimento desta parceria, mas na permanência dos encontros e planejamento entre ambos os profissionais *a posteriori*, quando a pesquisa finaliza e o pesquisador se distancia do ambiente escolar.

Entende-se que esses encontros poderão diminuir a distância entre professor de Educação Física e professor do AEE. Um bom modelo de intervenção é o trabalho colaborativo. A problemática do presente estudo insere-se neste contexto: como estabelecer relações de parcerias colaborativas entre os profissionais da escola, em especial entre o professor de Educação Física e do Atendimento Educacional Especializado? Essas relações poderiam ser descritas de forma a disseminar o conhecimento produzido nesses encontros?

Nesse sentido, o presente estudo parte da premissa de que são necessárias investigações acerca da parceria entre o professor do ensino comum e do AEE. Neste estudo, tem-se como objetivo compreender e descrever a relação estabelecida entre o professor de Educação Física e do AEE em processos de planejamento e execução de ações colaborativas na escola.

Acredita-se que esta investigação se faz necessária por contribuir com alguns aspectos importantes, como: 1) escassez de pesquisas na área; 2) direito ao acesso à escolarização do estudante público-alvo da Educação Especial, sobretudo, nas aulas de Educação Física; 3) pelos benefícios dessa parceria para atuação docente de ambos os profissionais; 4) pela potencialidade dos recursos pedagógicos e estratégias de ensino adaptados a partir da colaboração entre ambos os professores; 5) pela possibilidade de um planejamento colaborativo que fundamente ações que promova ambientes de aprendizagem facilitadores para a inclusão dos estudantes públicos-alvo da Educação Especial.

O pressuposto subjacente é de que é preciso investigar e compreender, sobretudo, como estas relações se estabelece no cotidiano escolar. A partir dessa problemática, outros questionamentos surgem como, por exemplo, quais recursos e estratégias podem ser

identificados e descritos mediante o planejamento numa abordagem colaborativa? Quais são os benefícios dessa parceria para os estudantes públicos-alvo da Educação Especial? Quais as possíveis mudanças na prática pedagógicas de ambos os professores podem ocorrer, durante o processo? Será possível estabelecer uma cultura colaborativa no ambiente escolar?

Na tentativa de responder as inquietações, foi estabelecido um objetivo geral para nortear os encaminhamentos do estudo.

2 OBJETIVO

Descrever como se estabelece o vínculo entre o planejamento e execução entre o professor de Educação Física e o professor do Atendimento Educacional Especializado para o desenvolvimento de um projeto com características colaborativas.

3 METODOLOGIA

O presente estudo trata-se de um subprojeto de uma pesquisa maior. A pesquisa maior será desenvolvida por uma discente do doutorado da FFC, que irá atuar com os professores do AEE, professores de Educação Física e professores do ensino comum. Para o presente estudo, o objeto será as relações estabelecidas entre o professor do AEE e o professor de Educação Física. Trata-se de uma pesquisa qualitativa e descritiva, fundamentada nos pressupostos da pesquisa colaborativa.

O método qualitativo pode ser definido como aquele em que o pesquisador é capaz de compreender as relações e estruturas sociais, em detrimento do seu significado, intencionalidade e transformações, como construções humanas significativas (MINAYO, 1996).

De acordo com Triviños (1987), na pesquisa qualitativa considera-se o ambiente e o contexto em que os indivíduos estão inseridos, uma vez que o meio imprime ao sujeito traços peculiares que só são desvendados à luz da compreensão dos significados que ele por si só estabelece. Nesse sentido, o presente estudo é qualitativo uma vez que a pesquisadora está *in loco* no ambiente escolar a fim de descrever como se estabelece as relações que permeiam práticas colaborativas entre o professor de Educação Física e do Atendimento Educacional Especializado.

O conceito de colaboração em estudos científicos que envolvem o pesquisador e o professor origina-se na tentativa de superar os modelos tradicionais de pesquisa. A gênese da pesquisa colaborativa, segundo Desgagné (1997), ocorre a partir da certificação da

necessidade de construir conhecimentos próximos à prática de ensino real que garantam aos docentes a oportunidade de colaborar no processo de construção do conhecimento científico. Ainda segundo esse mesmo autor, a pesquisa colaborativa caracteriza-se pela participação de professores em procedimentos de investigação no qual o objeto de estudo é compartilhado e passa a ser o objetivo de análise de todos os partícipes da investigação.

A pesquisa colaborativa tem por objetivo criar, nas escolas, uma cultura de análise das práticas realizadas, a fim de possibilitar que professores, auxiliados por pesquisadores, reflitam a partir da relação de parceria estabelecida e possam transformar suas práticas. (IBIAPINA, 2008).

Nessa perspectiva, mais do que descrever a cultura escolar, o pesquisador colaborativo deve estar próximo de pessoas, situações, ambiente e eventos típicos do local de pesquisa, de maneira a entender que os significados que caracterizam o mundo social são constituídos pelo homem, em um processo de interpretação e reinterpretação de sua experiência. (MAGALHÃES, 2002).

3.1 Caracterização da população

Participarão do estudo quatro professores que atuam em uma instituição da rede regular de ensino da cidade de Marília/SP, sendo dois professores de Educação Física e dois professores do Atendimento Educacional Especializado, que possuem, em comum, um aluno público-alvo da Educação Especial. Os professores serão convidados e os que aceitarem a participar da pesquisa assinarão um Termo de Consentimento Livre e Esclarecido, bem como, um termo de direito de imagem e filmagem, conforme Resolução 196/96 do CSN.

3.2 Procedimentos para coleta de dados

Os dados serão coletados em duas situações e ambientes diferenciados: 1) nos encontros entre professor da AEE, Pesquisadora do Doutorado e professor de Educação Física e 2) nas aulas de Educação Física.

Nos Encontros entre professor da AEE, Pesquisadora do Doutorado e professor de Educação Física os dados serão coletados por meio da gravação de áudio. Para complementar essa coleta, também serão elaboradas notas de campo daquilo que for observado.

A observação é compreendida como um dos mais importantes procedimentos para coleta dados quando se trata de pesquisas qualitativas em educação. As anotações minuciosas e detalhadas vão constituir os dados brutos da observação, cuja qualidade vai depender, em

sua grande maioria, da maior ou menor habilidade do observador, bem como, da sua capacidade de observar os fatos, desenvolvida em decorrência de uma intensa formação (VIANNA, 2003).

As notas de campo, nomenclatura utilizada por Vianna (2003), possibilitam o registro diário e minucioso das observações, acontecimentos, manifestação de comportamentos, estabelecimento de diálogos, contatos, desenvolvimento ou transformação de relações já estabelecidas, entre outros. Esse deve conter o máximo de observações possíveis do dia a dia, ou seja, o que ocorreu, quando ocorreu, em relação a que ou a quem está ocorrendo tal fato, quem foi que disse, o que foi dito e quais mudanças foram provocadas no contexto (VIANNA, 2003).

Nas aulas de Educação Física, os dados serão coletados por meio da filmagem. O registro em vídeo torna-se preciso nas investigações em que ocorre um conjunto de ações humanas complexas que são difíceis de serem descritas por apenas um observador (LOIZOS, 2008). Uma das vantagens deste registro é que outros pesquisadores e/ou colaboradores (juízes) podem fazer inferências e uso do material coletado. O objetivo da filmagem será inferir sobre a generalização das ações discutidas nos encontros.

3. 3 Análise de Dados

A análise dos dados será pautada na análise de conteúdo proposta por Bardin (2009). De acordo com autora, a análise de conteúdo consiste em um conjunto de técnicas para análise das comunicações por meio de uma descrição objetiva, sistemática que pode ser qualitativa ou não dos conteúdos resultantes do manifesto das comunicações, que possibilite a inferência de conhecimentos em relação às condições de produção/recepção de variáveis inferidas oriundas destas mensagens.

Nesse sentido, após a coleta dos dados dos encontros, será realizada a transcrição para organização do material a ser submetido à análise, iniciando pela leitura flutuante. Análise também será complementada pelas notas de campo.

As filmagens também serão submetidas à análise de conteúdo e as informações serão classificadas como o objetivo de responder à problemática da pesquisa.

Referências

BARDIN, L. *Análise de conteúdo*. Lisboa: Edições 70, 2009.

BRASIL. *Atendimento Educacional Especializado: aspectos legais e orientações*

pedagógicas. Brasília, DF, 2007. Disponível em:<
http://www.afadportoalegre.org.br/left_bibliografia/livro_aee.pdf>. Acesso em 15 abr. 2015.

BRASIL, Constituição (1988). *Constituição da República Federativa do Brasil*. 10. ed. Brasília: Senado, 1988. Disponível em:<
http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm>. Acesso em: 10 maio 2015.

BRASIL. *Diretrizes nacionais para a educação especial na educação básica*. Brasília: DF, 2001. Disponível em:< <http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/diretrizes.pdf>>. Acesso em: 10 maio 2015.

BRASIL. *Decreto Nº 7.611, de 17 de novembro de 2011*. Dispõe sobre a educação especial, o atendimento educacional especializado e dá outras providências. Brasília: DF, 2011. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2011/Decreto/D7611.htm>. Acesso em: 15 abr. 2015.

BRASIL. *Documento orientador programa implantação de salas de recursos multifuncionais*. Brasília, DF, 2010. Disponível em:<
http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=17430&Itemid=817>. Acesso em: 10 maio 2015.

BAPTISTA, C. R. Ação pedagógica e educação especial: a sala de recursos como prioridade na oferta de serviços especializados. *Revista Brasileira de Educação Especial*, Marília, v.17, n. esp. p.59-76, 2011. Disponível em:<http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1413-65382011000400006&script=sci_arttext>. Acesso em: 15 abr. 2015.

CAPELLINI, L. M. F. *Avaliação das possibilidades do ensino colaborativo no processo de inclusão escolar do aluno com deficiência mental*. Tese (Doutorado em Educação Especial)- Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2004. Disponível em:<
http://www.bdt.d.ufscar.br/htdocs/tedeSimplificado//tde_busca/arquivo.php?codArquivo=556>. Acesso em 10 maio 2015.

DEGASGNÉ, S. L'ê concept de recherché collaborative: l' Idée d'un rapprochement entre chercheurs universitaires et praticiens enseignants. *Reveu des Sciences de L'Éducation*, v. 2, n. 23,1997. Disponível em : < <https://www.erudit.org/revue/rse/1997/v23/n2/031921ar.pdf>>. Acesso em: 19 maio 2015.

FRIEND, M. ; COOK, L. Collaboration as a predictor for success in school reform. *Journal of Education and Psychological Consultation*, n. 1, p. 69-86, 1990. Disponível em: <
http://www.tandfonline.com/doi/abs/10.1207/s1532768xjepc0101_4>. Acesso em: 15 abr. 2015.

LOIZOS, P. Vídeo, filme e fotografias como documentos de pesquisa. In: BAUER, M. W.; GASKELL, G. (Orgs.). *Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som*. 2. ed. Petrópolis: Vozes, 2008. p. 137-155.

IBIAPINA, I. M. L. M. *Pesquisa Colaborativa: investigação, formação e produção de conhecimentos*. Brasília: Líder Livro Editora, 2008.

MAGALHÃES, M. C. C. A linguagem na formação de professores reflexivos críticos. In: MAGALHÃES, M. C. C (org.). *A formação do professor como um profissional crítico*. Campinas, São Paulo: Mercado de Letras, 2004.

MINAYO, M. C. S. *O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde*. 4. ed. São Paulo, 1996.

MENDES, E. G. ; TOYODA, C. Y. *Projeto S.O.S inclusão: consultoria colaborativa para favorecer a inclusão escolar num sistema educacional municipal*. Relatório Final. (MEC/SESu Processo 269/03/PROEX/UFSCar). Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2005. Disponível em:< http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_nlinks&ref=000099&pid=S0104-4060201100030000600012&lng=pt>. Acesso em: 16 abr. 2015.

OLIVEIRA, P. S. ; SILVA, M. T. *Educação física e educação especial: a relação de parceria entre professores que trabalham no modelo de ensino colaborativo*. In: 7º CONGRESSO NORTE PARANAENSE DE EDUCAÇÃO FÍSICA ESCOLAR, 2º CONGRESSO NACIONAL DE FORMAÇÃO DE PROFESSORES DE EDUCAÇÃO FÍSICA, 2015. Disponível em: <http://www.conpef.com.br/anteriores/2015/artigos/23.pdf>. Acesso em: 07 maio 2015.

PUGACH, M. C. ; JOHNSON, L. The challenge of implementing collaboration between general and special education. *Exceptional Children*, v. 56, n. 3, p.232-35, 1989. Disponível em:< <http://eric.ed.gov/?id=EJ400696>>. Acesso em 16 maio 2015.

RABELO, L. C. C. *Ensino colaborativo como estratégia de formação continuada de professores para favorecer a inclusão*. Dissertação (Mestrado em Educação Especial)- Universidade de São Carlos, São Carlos, 2012. Disponível em:< http://www.bdt.d.ufscar.br/htdocs/tedeSimplificado/tde_busca/arquivo.php?codArquivo=5081>. Acesso em 15 maio 2015.

RODRIGUES, D. (2006). A construção social da deficiência e do deficiente: uma breve incursão. In: R. Cidade (Org.). *Atividade Motora Adaptada: a alegria do corpo*. São Paulo: Artes Médicas.2006.

ROPOLI, E. A. et al. *A educação especial na perspectiva da inclusão escolar: a escola comum inclusiva*. Brasília, DF: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Especial; Fortaleza: Universidade Federal do Ceará, 2010.. Disponível em:< <http://inclusaoja.com.br/2011/05/27/colecao-a-educacao-especial-na-perspectiva-da-inclusao-escolar/>>. Acesso em: 10 maio 2015.

SILVA, F. K. R. ; SANTOS, D. N. dos. ; FUMES, N. de L. F. Os professores de Educação Física Escolar e o Atendimento Educacional Especializado nas Escolas Públicas. *Revista da Sobama*, Marília, v. 15, n. 2, p. 31-36, 2014. Disponível em: < <http://www2.marilia.unesp.br/revistas/index.php/sobama/article/view/4181>>. Acesso em: 05 maio 2015.

SOLER, R. *Educação Física Inclusiva: em busca de uma escola plural*. Rio de Janeiro: Sprint, 2005.

TRIVIÑOS, A. N. S. *Introdução à pesquisa em ciências sociais: a pesquisa qualitativa em educação*. São Paulo, Atlas, 1987.

VIANNA, H. M. *Pesquisa em educação: a observação*. Brasília: Plano Editora, 2003.

VILARONGA, C. A. R. ; MENDES, E. G. Ensino colaborativo para o apoio à inclusão escolar: práticas colaborativas entre os professores. *Revista Brasileira Pedagogia*. v. 95, n. 239, p. 139-151, 2014. Disponível em:< <http://www.scielo.br/pdf/rbeped/v95n239/a08v95n239.pdf>>. Acesso em: 25 mar. 2015.

WELCH, M. Descriptive analysis of team teaching in two elementary classrooms: a formative experimental approach. *Remedial and Special Education*, v. 21, n. 6, p. 366-376, 2000. Disponível em:< <http://eric.ed.gov/?id=EJ619694>>. Acesso em: 16 abr. 2015.

ZERBATO, A. P. et al. Discutindo o papel do professor de educação especial na proposta de coensino em um município do interior de São Paulo. In: I SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE ESTUDOS SOBRE A DEFICIÊNCIA, 2013, São Paulo. *Anais...* São Paulo: USP, 2013. p. 1-12. Disponível em:< [http://www.memorialdainclusao.sp.gov.br/br/ebook/Textos/Ana_Paula_Zerbato\[coaut%20Vanessa\(i\)\].pdf](http://www.memorialdainclusao.sp.gov.br/br/ebook/Textos/Ana_Paula_Zerbato[coaut%20Vanessa(i)].pdf)>. Acesso em 16 abr. 2015.

4 CRONOGRAMA DE ATIVIDADES

Cronograma	1 sem 2015	2 sem 2015	1 sem 2016	2 sem 2016	1 sem 2017
Levantamento bibliográfico sobre o tema	X		X	X	
Comitê de Ética	X				
Contato com a Secretaria Municipal de Educação		X			
Contato e seleção dos participantes		X	X		
Coleta de Dados			X		
Análise de dados			X	X	
Compilação dos dados e redação do relatório de pesquisa			X	X	X